ECONSTOR
Make Your Publications Visible.

A Service of

ZBW Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

de Souza, Pedro H. G. F.; Osorio, Rafael Guerreiro

Working Paper

Perfil da pobreza na Bahia e sua evolução no período 2004-2009

Texto para Discussão, No. 1743

Provided in Cooperation with:
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: de Souza, Pedro H. G. F.; Osorio, Rafael Guerreiro (2012) : Perfil da pobreza na Bahia e sua evolução no período 2004-2009, Texto para Discussão, No. 1743, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/91440

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

1743
TEXTO PARA DISCUSSÃO

ipea

PERFIL DA POBREZA NA BAHIA E SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2004-2009

Pedro H. G. F. de Souza
Rafael Guerreiro Osorio

ipea 47 anos
Por um Brasil desenvolvido

1743

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Brasília, junho de 2012

PERFIL DA POBREZA NA BAHIA E SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2004-2009

Pedro H. G. F. de Souza*
Rafael Guerreiro Osorio*

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Wellington Moreira Franco

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Geová Parente Farias

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

URL: http://www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1415-4765

JEL: I32

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 PRINCIPAIS DEFINIÇÕES 8

3 PERFIL DA POBREZA NA BAHIA 11

4 CONCLUSÕES 21

REFERÊNCIAS 23

SINOPSE

O objetivo deste texto é documentar mudanças nas características e condições de vida de quatro estratos de renda – extremamente pobres, pobres, vulneráveis e não pobres – na Bahia entre 2004 e 2009. Os aspectos abordados incluem o tamanho dos estratos; a distribuição entre áreas urbanas e rurais; a cobertura e impactos do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC); os níveis educacionais; a vinculação com o mercado de trabalho; a estrutura etária; tamanho e composição das famílias; sexo e cor ou raça das pessoas de referência; acesso a saneamento básico e bens de consumo; e classificação segundo tipos de famílias.

Houve grande diminuição da pobreza e da extrema pobreza na Bahia, mas em ritmo mais lento que no resto do país. Além disso, constatou-se que os indivíduos e famílias com vínculos relativamente sólidos – ainda que informais – com o mercado de trabalho conseguiram sair da extrema pobreza, que só não foi erradicada porque existe ainda um número significativo de pessoas cuja conexão é tão frágil (ou inexistente) que não conseguiram beneficiar-se. Para este último grupo, que agora compõe a maioria dos extremamente pobres, o instrumento mais importante para aliviar sua privação foi o PBF.

Palavras-chaves: desindustrialização; pobreza; perfil da pobreza; Bahia.

ABSTRACT[i]

This paper aims to describe recent changes in the characteristics and living conditions of four income groups – extremely poor, poor, vulnerable and non-poor – in the state of Bahia between 2004 and 2009. We investigate the size of each group; their distribution between urban and rural areas; the coverage and impacts of the Bolsa Família and BPC programs; educational attainment; labor market insertion; age structure; size and composition of families; gender and race of household heads; access to sanitation and durable consumer goods.

The first major conclusion is that there was a marked reduction in poverty and extreme poverty in Bahia during this period, although at a slower pace than in the rest of the

i. *The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.*
As versões em língua inglesa das sinopses (*abstracts*) desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.

country. Second, it is clear that individuals and families with reasonably sturdy – even if informal - connections to the labor market have benefitted from recent economic growth and were lifted out of extreme poverty. However, extreme poverty was not eradicated because there remains a sizable group with remarkably precarious or even non-existent links to the labor market. For this group, the Bolsa Família program was the most effective tool to alleviate their intense deprivation.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o perfil da pobreza no estado da Bahia em 2004 e 2009. Com isso se espera subsidiar o debate público sobre a possível erradicação da pobreza no Brasil, uma vez que perfis de pobreza subnacionais são importantes para refinar o diagnóstico e planejar ações locais de combate à pobreza, imperativas em um país tão heterogêneo quanto o Brasil.

O caso específico da Bahia é de particular interesse, por se tratar, em termos populacionais, da quarta maior Unidade da Federação (UF) e do maior estado do Nordeste, com mais de um quarto da população da região. Por isso, e por ter uma distribuição de renda tão desigual quanto a do Brasil inteiro conjugada a uma média mais baixa que a média nacional, a Bahia é a UF com o maior peso nos números nacionais de pobreza e extrema pobreza. Conhecer o perfil local destes estratos, portanto, é um passo importante para a elaboração de políticas públicas. Para que o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) do governo federal seja exitoso, é fundamental que a Bahia alcance bons resultados no combate à pobreza.

Muitos trabalhos já documentaram a evolução dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade na Bahia (Baptista, 2001; Guimarães, 2003; Machado, 2006; Alves, 2008; Castro Neto, 2009; Osorio e Medeiros, 2003; Osorio e Souza, 2012), mas relativamente poucos tiveram como objetivo realizar perfis detalhados dos estratos mais pobres. Neste grupo, destacam-se principalmente trabalhos baseados em concepções multidimensionais da pobreza, como, por exemplo, os de Lacerda (2009) e Lacerda e Neder (2010).

Neste texto, em consonância com os argumentos apresentados por Osorio, Soares e Souza (2011) e pela própria definição dada pelo governo federal em seus principais programas de combate à pobreza, optou-se por linhas monetárias de pobreza que classificam a população baiana em quatro estratos, conforme se verá em mais detalhes na próxima seção: extremamente pobres (indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 67); pobres (indivíduos com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R$ 67 e inferior a R$ 134); vulneráveis (indivíduos com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R$ 134 e inferior a R$ 465); e não pobres (indivíduos com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R$ 465). O primeiro estrato corresponde à população em extrema pobreza tal qual definida pelo PBSM, pois, deflacionada pelo índice

nacional de preços ao consumidor (INPC), o valor da linha oficial de pobreza extrema corresponderia a aproximadamente R$ 67 em 2009.

Este texto está organizado da seguinte forma: na seção 2, são esclarecidas algumas das principais definições utilizadas para repartir a população em estratos e para construir os indicadores apresentados; em seguida, na seção 3, é apresentado o perfil da pobreza na Bahia e suas mudanças entre 2004 e 2009; finalmente, a conclusão reúne os principais achados do trabalho, como a crescente falta de conexão com o mercado de trabalho entre os extremamente pobres e a importância dos programas de transferência de renda, como o PBF, para este público.

2 PRINCIPAIS DEFINIÇÕES

Para viabilizar a comparação entre os resultados locais e os obtidos para o Brasil como um todo, usaram-se as fontes de dados e os conceitos empregados por Osorio *et al.* (2011) em seu perfil da pobreza no Brasil. Dessa maneira, nesta seção serão tratadas apenas as principais definições. Em caso de dúvidas, as definições completas podem ser encontradas em na obra supracitada. Vale observar que os números diferem um pouco dos apresentados por Osorio e Souza (2012), em função dos procedimentos de limpeza da base empregados neste outro trabalho para calcular os intervalos de confiança, incorporando o desenho amostral da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Ainda assim, as diferenças são irrisórias e substantivamente inexistentes.

Todos os dados apresentados neste texto foram calculados a partir das edições 2004 e 2009 da PNAD, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As duas unidades básicas de análise são os indivíduos e as famílias. Ressalte-se, contudo, que a família neste trabalho equivale ao grupo doméstico, ou seja, ao domicílio na PNAD, e, portanto, os termos "famílias" e "domicílios" são usados de forma intercambiável ao longo do texto.

Para traçar o perfil da pobreza, foi necessário dividir a população por estratos de renda domiciliar *per capita*. Para isso, primeiro deflacionou-se a renda de 2004 para 2009 usando o INPC, de acordo com a sugestão de Corseuil e Foguel (2002) e, em

seguida, calculou-se para os dois anos a renda domiciliar *per capita* das famílias, que foram então classificadas em quatro estratos:

1. Extremamente pobres: pessoas em famílias com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a zero e menor que R$ 67.
2. Pobres: pessoas em famílias com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R$ 67 e menor que R$ 134.
3. Vulneráveis: pessoas em famílias com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R$ 134 e menor que R$ 465 (o equivalente a um salário mínimo em 2009).
4. Não pobres: pessoas em famílias com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R$ 465 (o equivalente a um salário mínimo em 2009).

Originalmente, Osorio, Soares e Souza (2011) optaram por tais linhas de pobreza extrema e de pobreza porque elas eram equivalentes às linhas de elegibilidade do PBF no momento de sua criação, em 2003, deflacionadas para 2009 e arredondadas. Mais recentemente, o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, instituiu o PBSM com uma linha de pobreza extrema virtualmente idêntica: *grosso modo*, R$ 67 em setembro de 2009 equivalem a R$ 70 em julho de 2010, data de referência do Censo Demográfico, que foi utilizado para estabelecer as metas do programa.

Para delimitar os vulneráveis, foram consideradas pessoas cuja posição na distribuição de renda as torna mais propensas a circular para a pobreza, considerando o salário mínimo de R$ 465 em 2009. Finalmente, os "não pobres" compreenderiam todo o resto da população, ou seja, não se trata de um grupo "rico", mas pouco vulnerável à pobreza.

Quanto aos indicadores criados para caracterizar a situação social das famílias de cada estrato, uma parte deles é autoexplicativa, mas alguns merecem comentários mais detalhados. Em primeiro lugar, a composição da renda domiciliar foi obtida a partir da classificação das fontes de rendimentos em oito categorias: três relativas ao mercado de trabalho (remunerações menores que um salário mínimo; equivalentes a um salário mínimo; e superiores a um salário mínimo); duas relativas às transferências da assistência social (benefícios do Benefício de Prestação Continuada - BPC - e do Programa Bolsa Família); duas relativas à Previdência Social (aposentadorias e pensões menores ou iguais a um salário mínimo e aposentadorias e pensões maiores que um salário mínimo); e uma fonte para todos os outros rendimentos (ver Osorio e Souza, 2012).

A divisão da renda do trabalho e da Previdência seguiu o valor do salário mínimo nos dois anos analisados (R$ 260 em 2004 e R$ 465 em 2009), de forma a permitir que os seus aumentos reais se refletissem nas evidências. Para desagregar as transferências do BPC e do PBF dos "outros rendimentos" da PNAD, empregou-se o método proposto por Barros (2006) e Barros, Carvalho e Franco (2006) e utilizado, com pequenas modificações, por Soares *et al*. (2010): foram considerados rendimentos do BPC todas as "outras rendas" (variável *V1273*) cujo valor era igual a um salário mínimo no ano de realização da pesquisa e, em seguida, foram computados como benefícios do PBF todas as "outras rendas" (*V1273*) nos domicílios em que sua soma era menor ou igual ao valor máximo de benefícios do PBF no ano (R$ 95 em 2004 e R$ 200 em 2009). Foram classificadas como outras rendas as aposentadorias ou pensões privadas, as doações privadas de não moradores, os aluguéis declarados e as "outras rendas" (*V1273*) não classificadas como BPC ou PBF.

A população em idade ativa (PIA) engloba os indivíduos entre 16 e 64 anos de idade, excluindo pessoas de 16 a 24 anos que estivessem frequentando escola. A PIA divide-se em sete categorias: empregadores (nos setores agrícola e não agrícola), produtores agrícolas (autônomos, não remunerados ou engajados na produção para autoconsumo no setor agrícola), empreendedores (autônomos, não remunerados ou engajados na produção para autoconsumo em setores não agrícolas), empregados formais (inclusive funcionários públicos e militares), empregados informais (inclusive empregados sem declaração de carteira assinada ou não), desocupados (que procuraram emprego na semana de referência) e inativos (não trabalhavam e não procuraram emprego).

Foram utilizados três indicadores educacionais: a escolaridade média em anos de estudo, que varia entre 0 e 15; a porcentagem de analfabetos absolutos, isto é, pessoas que não sabem ler e escrever; e a porcentagem de analfabetos funcionais, que inclui o grupo anterior e também todos aqueles que não completaram pelo menos os quatro primeiros anos do ensino fundamental.

No que diz respeito ao acesso ao saneamento básico, também foram utilizados três indicadores: a porcentagem de domicílios com acesso à água de rede geral de distribuição; a porcentagem de domicílios com escoadouro adequado para o esgoto do banheiro (rede ou fossa séptica); e a porcentagem de domicílios com coleta de lixo direta ou indireta.

O acesso a bens de consumo duráveis foi avaliado com base em indicadores sintéticos que caracterizam o conjunto de bens existentes no domicílio: o conjunto básico abarca fogão (uma ou mais bocas) e geladeira (uma ou duas portas); o conjunto médio inclui, além do básico, rádio e televisão (colorida ou não); e o conjunto completo é igual ao conjunto médio acrescentado de máquina de lavar roupas.

Finalmente, como em geral é do interesse das políticas públicas classificar seu público-alvo em unidades suficientemente homogêneas para dar mais eficiência às intervenções, aplicou-se também a tipologia familiar elaborada por Osorio *et al.* (2011), que classifica as famílias em função da sua ligação predominante com o mercado de trabalho. São quatro tipos familiares mutuamente excludentes: famílias com conexão agrícola, isto é, ao menos metade da PIA familiar ocupada é composta por produtores agrícolas; famílias com conexão precária, isto é, a PIA familiar ocupada é composta por empreendedores e empregados informais; famílias sem conexão, isto é, a PIA é integralmente composta por desocupados e inativos; e outros tipos de famílias.

Os resultados do perfil da pobreza para a Bahia são apresentados na próxima seção. Vale lembrar que todos os números relativos à comparação com o Brasil como um todo são retirados do texto de Osorio *et al.* (2011).

3 PERFIL DA POBREZA NA BAHIA

Na última década, o crescimento da renda e a queda da desigualdade fizeram com que a pobreza extrema caísse significativamente no Brasil (Osorio *et al.*, 2011). A Bahia seguiu a mesma trajetória, embora com algumas especificidades: entre 1995 e 2009, a pobreza extrema e a desigualdade de renda tiveram duas quedas expressivas e pontuais, em períodos coincidentes, mas de extensão temporal diferente. No caso da pobreza extrema, houve uma queda abrupta em meados dos anos 1990 e uma nova queda forte entre 2003 e 2006, seguida por certa estabilidade até 2009 (Osorio e Souza, 2012).

A tabela 1 apresenta os números relativos a 2004 e 2009, que dão conta do período mais recente de queda da pobreza extrema. A pobreza extrema caiu tanto em termos absolutos (de 2,1 milhões para 1,4 milhão) quanto relativos (de 16% para 10% da população). O mesmo ocorreu com o estrato pobre: queda absoluta de 3,7 para 2,4

milhões e queda relativa de 28% para 17% da população. O oposto se deu nos outros dois estratos: os vulneráveis passaram de 5,9 para 7 milhões – um salto de 44% para 49% da população –, enquanto o estrato não pobre foi o que mais cresceu em termos absolutos, dobrando de 1,7 milhão para 3,4 milhões e atingindo 24% da população.

TABELA 1
Distribuição da população por estratos de renda domiciliar per capita – Bahia (2004 e 2009)

Unidade	Estrato	2004			2009			2009-2004
		Em milhares	Em %	Acumulado (em %)	Em milhares	Em %	Acumulado (em%).	Em milhares
Pessoas	Extremamente pobres	2.140	16	16	1.377	10	10	-763
	Pobres	3.722	28	44	2.441	17	27	-1.281
	Vulneráveis	5.888	44	87	6.966	49	76	1.079
	Não Pobres	1.713	13	100	3.468	24	100	1.755
	Total	**13.462**	**100**		**14.252**	**100**		**790**
Domicílios	Extremamente pobres	425	12	12	317	8	8	-108
	Pobres	815	22	34	548	13	21	-268
	Vulneráveis	1.744	48	82	1.894	45	66	150
	Não Pobres	644	18	100	1.426	34	100	782
	Total	**3.628**	**100**		**4.185**	**100**		**557**

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

A comparação com o Brasil, no entanto, mostra que o progresso baiano foi um pouco mais lento que o do país como um todo. Em 2004, pouco mais de 14% dos pobres extremos brasileiros moravam na Bahia; em 2009, o percentual subiu para quase 16%, enquanto a população baiana permaneceu pouco abaixo de 8%.

Com efeito, em 2009 a porcentagem de pobres extremos no Brasil era menos da metade do observado na Bahia (4,7% contra 10%), que, devido ao tamanho de sua população e suas características de renda e desigualdade, continua a ser a UF com o maior número absoluto de pessoas extremamente pobres no país: pouco menos de 1,4 milhão de pessoas, ou 37% a mais que o segundo colocado, Pernambuco (926 mil).

Assim como outros estados, no entanto, a Bahia é em si mesma muito heterogênea. A tabela 2 mostra isto claramente ao trazer a distribuição dos estratos entre áreas urbanas e rurais. Embora quase 70% da população viva em áreas urbanas, o número de extremamente pobres rurais é hoje maior que o de urbanos. O inverso ocorre na outra ponta: apenas 14% dos não pobres baianos moram no campo.

TABELA 2
Distribuição da população de áreas urbanas e rurais por estratos de renda domiciliar *per capita* – Bahia (2004 e 2009)

Unidade	Estrato	2004			2009			2009-2004
		Em milhares	Em %	Acumulado (em %).	Em milhares	Em %	Acumulado (em%)	Em milhares
Áreas urbanas	Extremamente pobres	1.102	12	12	633	6	6	-469
	Pobres	2.195	24	36	1.345	14	20	-850
	Vulneráveis	4.211	46	83	4.968	50	70	757
	Não pobres	1.586	17	100	2.965	30	100	1379
	Total	**9.094**	**100**		**9.911**	**100**		**817**
Áreas rurais	Extremamente pobres	1.038	24	24	744	17	17	-294
	Pobres	1.527	35	59	1.096	25	42	-431
	Vulneráveis	1.677	38	97	1.998	46	88	321
	Não pobres	126	3	100	503	12	100	376
	Total	**4.368**	**100**		**4.341**	**100**		**-27**

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

A tabela 3 apresenta a composição relativa por fontes da renda média dos estratos entre 2004 e 2009, que mostrou poucas mudanças relevantes. Uma delas é o crescimento de 47% da renda média real no estado, que parece ter derivado de um aumento generalizado em todas as fontes, uma vez que a composição relativa quase não mudou.

TABELA 3
Composição relativa da renda média dos estratos de renda domiciliar *per capita* – Bahia (2004 e 2009)
(Em %)

	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		**Total**	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	**2004**	**2009**
Trabalho < 1 SM	55	48	28	45	10	17	1	1	**8**	**8**
Trabalho = 1 SM	13	2	20	18	12	18	1	3	**7**	**8**
Trabalho > 1 SM	8	0	28	9	48	37	74	69	**58**	**56**
Assistência BPC	1	0	2	1	2	2	0	1	**1**	**1**
Assistência PBF	12	41	6	14	1	3	0	0	**1**	**2**
Previdência <= 1 SM	5	2	11	8	17	16	2	6	**9**	**9**
Previdência > 1 SM	0	0	2	1	7	5	18	16	**12**	**12**
Outras rendas	7	7	4	4	3	3	5	4	**4**	**4**
Renda domiciliar	100	100	100	100	100	100	100	100	**100**	**100**
Média (em R$ de 2009)	42	40	100	102	244	256	1117	1104	**283**	**415**

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.
Obs.: SM = salário mínimo.

Entre os estratos, as maiores mudanças ocorreram com os extremamente pobres: assim como ocorreu no Brasil como um todo, as transferências – em especial do PBF – ganharam muita importância, enquanto as rendas vinculadas ao salário mínimo ou

menores que ele quase desapareceram. Isto se explica tanto pela expansão do PBF no período, quanto pelos aumentos reais do salário mínimo que acabaram por torná-lo praticamente um seguro contra a pobreza extrema. Hoje, famílias em que pelo menos um morador recebe um salário mínimo só serão extremamente pobres se: *i*) forem famílias muito grandes, com mais de sete pessoas, o que é bastante raro; e *ii*) nenhum outro morador receber qualquer tipo de renda.

Na prática, isso significa que o estrato dos extremamente pobres praticamente não conta mais com indivíduos e famílias que conseguiram vincular-se ao mundo do trabalho formal ou à seguridade social em outras modalidades que não o PBF, como aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ou o BPC da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Como se verá adiante, os que ficaram para trás durante o período de crescimento econômico das últimas décadas foram justamente aqueles com as conexões mais precárias com o mercado de trabalho, o que só foi parcialmente compensado pela expansão da Assistência Social, como se vê na tabela 4.

TABELA 4
População beneficiária do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família (PBF) por estratos de renda domiciliar *per capita* – Bahia (2004 e 2009)

	Programa	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		**Total**	
		2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	**2004**	**2009**
BPC	Beneficiários (em milhares)	2	0	21	8	69	81	6	61	**98**	**149**
	População (%)	0,1	0,0	0,6	0,3	1,2	1,2	0,4	1,7	**0,7**	**1,0**
PBF	Beneficiários (em milhares)	964	1.011	1.827	1.595	1,523	2,686	114	174	**4.429**	**5.466**
	População (%)	45,0	73,4	49,1	65,3	25,9	38,6	6,7	5,0	**32,9**	**38,4**
	Famílias (em milhares)	174	208	359	339	346	636	35	53	**914**	**1.236**
	Famílias (%)	40,9	65,6	44,0	62,0	19,8	33,6	5,4	3,7	**25,2**	**29,5**

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Entre 2004 e 2009, o BPC cresceu 53%, atingindo quase 150 mil beneficiários, e o PBF aumentou em 35% o número de famílias atendidas, chegando a mais de 1,2 milhão de famílias, o equivalente a 38% da população baiana. No caso do PBF, a expansão se deu inclusive com uma certa melhora na focalização: a porcentagem de famílias não pobres cobertas diminuiu e o de todos os outros estratos aumentou, principalmente entre os mais pobres. Saliente-se que estes números são os que saem da

PNAD e não passaram por procedimentos para corrigir a subenumeração em relação aos registros administrativos (cf. Souza, 2010).

Apesar de tal desempenho ser altamente elogiável, dois comentários críticos podem ser feitos: por um lado, praticamente um terço dos extremamente pobres continua fora do programa e, portanto, não se deve economizar esforços para incluí-los; por outro, o fato de que dois terços do estrato mais pobre recebem o programa e mesmo assim continuam na extrema pobreza sinaliza, mais uma vez, que o baixo valor das transferências pagas pelo PBF continua a fazer do programa mais um instrumento de alívio do que de superação da miséria. Como já argumentaram Osorio, Soares e Souza (2011), tanto o combate ao "erro de exclusão" quanto o aumento do valor das transferências representariam uma forma eficiente e relativamente barata de enfrentamento da extrema pobreza no país.

O argumento é reforçado pelos dados da tabela 5, que exibe a distribuição das categorias da PIA pelos estratos de renda. Na Bahia, assim como no Brasil como um todo, a principal mudança foi o aumento da participação dos empregados formais entre 2004 e 2009, concomitantemente a uma leve diminuição dos produtores agrícolas e dos inativos.

Apesar disso, também como no Brasil, a participação relativa dos empregados formais nos estratos extremamente pobre e pobre diminuiu, em função dos já mencionados ganhos reais do salário mínimo. Entre os mais pobres, até mesmo os grupos dos empreendedores e dos empregados informais encolheram, o que reforça a tese de que aqueles com alguma ligação razoável com o mercado de trabalho conseguiram se beneficiar do crescimento econômico.

Em contrapartida, os únicos grupos que cresceram relativamente entre os mais pobres foram justamente o dos produtores agrícolas e o dos inativos e desocupados. O primeiro grupo ilustra bem um tipo de ligação precária com o mundo do trabalho, característica das áreas rurais e que decorre de fatores tradicionais, como a existência de minifúndios com escassez de terras, a falta de capital e de acesso a crédito, a falta de acesso a mercados, entre outros. O segundo grupo, por sua vez, compreende aqueles que não conseguiram nenhuma ligação – nem mesmo precária – com o mercado de trabalho e que, portanto, não tiveram como se beneficiar do crescimento da renda no estado. Juntos, ambos representavam 68% da PIA extremamente pobre em 2004, mas 78% em 2009.

TABELA 5
Distribuição relativa da população em idade ativa (PIA) segundo categorias por estratos de renda domiciliar *per capita* – Bahia (2004 e 2009)
(Em %)

	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		**Total**	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	**2004**	**2009**
Empregadores	0	0	0	1	1	1	8	6	**2**	**2**
Produtores agrícolas	29	34	22	23	15	11	4	5	**16**	**13**
Empreendedores	11	6	10	11	14	14	16	15	**13**	**13**
Empregados formais	2	0	10	7	22	22	39	42	**19**	**24**
Empregados informais	19	16	24	27	20	23	11	12	**20**	**20**
Desocupados	13	14	9	9	6	7	4	3	**7**	**7**
Inativos	27	29	25	24	21	21	19	17	**23**	**21**
PIA (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	**100**	**100**
PIA (em milhares)	892	624	1.799	1.185	3.,361	4.063	1.127	2.214	**7.180**	**8.086**
PIA/população (%)	41,7	45,3	48,3	48,5	57,1	58,3	65,8	63,8	**53,3**	**56,7**

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

A tabela 6 apresenta a estrutura etária relativa da população por estratos de renda. Tal como no Brasil como um todo, vê-se que a incidência da pobreza e da pobreza extrema é particularmente alta entre os mais jovens, e apenas residual entre os idosos, apesar da queda generalizada em todas as faixas etárias: em 2009, uma criança de até 14 anos tinha chance 45 vezes maior de ser extremamente pobre que um idoso de 65 anos ou mais. Mesmo com todo o avanço verificado no período 2004-2009, míseros 11% das crianças e 18% dos jovens eram não pobres em 2009.

TABELA 6
Estrutura etária relativa da população por estratos de renda domiciliar *per capita* – Bahia (2004 e 2009)
(Em %)

2004					
Idade	Extremamente pobres	Pobres	Vulneráveis	Não pobres	Total
0 a 14	26	36	32	6	100
15 a 24	15	29	46	10	100
25 a w64	12	24	47	18	100
65 ou mais	1	10	70	19	100
Total	**16**	**28**	**44**	**13**	**100**
2009					
Idade	Extremamente pobres	Pobres	Vulneráveis	Não pobres	Total
0 a 14	16	26	47	11	100
15 a 24	10	18	54	18	100
25 a 64	7	14	49	29	100
65 ou mais	0	2	44	54	100
Total	**10**	**17**	**49**	**24**	**100**

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Uma das explicações estereotipadas para esses dados é a culpabilização das próprias vítimas: os pobres agravariam a sua pobreza por conceberem hordas de filhos que, por sua vez, tornar-se-iam adultos pobres, repetindo o ciclo. Não é escopo deste texto discutir se isso já foi verdade ou não, mas um ponto inequívoco é que hoje esta narrativa é um mito, seja no Brasil, seja na Bahia, como mostra a tabela 7.

Em primeiro lugar, entre 2004 e 2009 o tamanho dos domicílios tornou-se mais homogêneo entre os quatro estratos de renda e, apesar de o tamanho das famílias aumentar na medida em que elas são mais pobres, a média de pouco mais de quatro pessoas por domicílio não causa nenhum escândalo. Além disso, boa parte da diminuição do tamanho dos domicílios decorre justamente da queda no número de crianças por domicílio. Na Bahia, assim como no Brasil, a porcentagem de famílias extremamente pobres sem crianças tornou-se maior que a de famílias com quatro ou mais crianças, o que em parte se deve à seletividade dos benefícios do PBF.

Isso não significa, é claro, que não haja nenhuma relação entre a presença de crianças e a renda *per capita*: por definição, como crianças não trabalham e o cálculo da renda *per capita* dá peso igual a crianças e adultos, famílias com filhos tendem a ser mais pobres, como mostra a tabela. O que é relevante, contudo, é que as famílias com muitos filhos representam um contingente cada vez menor, em termos absolutos e relativos, mesmo entre os mais pobres, enquanto um novo grupo – famílias extremamente pobres sem crianças – parece estar emergindo como um público-alvo relevante, mas para o qual existem relativamente poucas ações específicas.

TABELA 7
Tamanho e composição das famílias por estratos de renda domiciliar *per capita* – Bahia (2004 e 2009)

	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		**Total**	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	**2004**	**2009**
Tamanho médio	5,0	4,3	4,6	4,5	3,4	3,7	2,7	2,4	**3,7**	**3,4**
Famílias sem crianças (%)	15	24	17	18	52	40	72	78	**43**	**49**
Famílias com quatro ou mais crianças (%)	22	16	9	10	1	1	0	0	**5**	**3**
Média de crianças por família	2,4	1,9	1,7	1,8	0,7	0,9	0,4	0,3	**1,1**	**0,9**

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

A tabela 8 apresenta algumas características sociodemográficas importantes das pessoas de referência das famílias de cada estrato. No que diz respeito à relação entre

o sexo da pessoa de referência e o estrato de renda da família, as diferenças entre os estratos eram pequenas em 2004 e diminuíram ainda mais em 2009, praticamente desaparecendo. No quesito cor ou raça, por seu turno, o padrão é bem mais claro, embora também tenha se enfraquecido um pouco e não seja tão pronunciado quanto no Brasil como um todo, até mesmo em função da porcentagem bem mais elevada de pretos, pardos e indígenas na Bahia.

A escolaridade das pessoas de referência melhorou sobretudo para os estratos mais pobres, o que se reflete em maiores médias de anos de estudo e queda nas porcentagens de analfabetismo absoluto e funcional. No caso dos não pobres, a piora nos indicadores também foi observada para o Brasil e a provável explicação é a mesma: a expansão da previdência e do salário mínimo provavelmente elevou para este grupo um contingente razoável de idosos com poucos anos de escolaridade, diminuindo assim a média geral.

Não obstante a redução da desigualdade educacional entre os grupos, ainda há um longo caminho a percorrer, pois um abismo educacional ainda separa os chefes das famílias extremamente pobres dos chefes das famílias não pobres. A escolaridade média do segundo grupo é três vezes maior, enquanto as taxas de analfabetismo absoluto e funcional são apenas cerca de um quarto do primeiro.

TABELA 8
Sexo, cor ou raça e educação das pessoas de referência dos domicílios por estratos da renda domiciliar *per capita* – Bahia (2004 e 2009)

	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		**Total**	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	**2004**	**2009**
Sexo feminino (%)	25	35	23	30	30	34	31	36	**28**	**34**
Pretos, pardos ou indígenas (%)	84	84	82	79	79	80	65	71	**78**	**77**
Escolaridade média em anos de estudo	2,4	2,9	3,3	3,8	4,9	5,6	9,6	9,0	**5,0**	**6,1**
Analfabetos absolutos (%)	41	35	31	28	22	18	4	8	**24**	**18**
Analfabetos funcionais (%)	69	60	58	51	42	36	10	16	**44**	**35**

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Os indicadores da tabela 9 apresentam informações sobre algumas dimensões importantes para a qualidade de vida das famílias que dependem mais das políticas públicas que da renda delas. Quanto à infraestrutura de saneamento, percebe-se, primeiro, que houve melhoras globais, mas os indicadores da Bahia permanecem bem inferiores aos do Brasil como um todo, pelo menos no que diz respeito ao esgotamento (58% na Bahia contra 72% no Brasil em 2009) e à coleta de lixo (76% na Bahia e 89%

no Brasil). A porcentagem de domicílios com acesso à água de rede de distribuição, por sua vez, é razoavelmente semelhante nos dois casos (80% e 84%, respectivamente). O dado positivo, contudo, é que nos três casos o avanço baiano foi, em pontos percentuais (p.p.), superior à média nacional.

TABELA 9
Indicadores de saneamento e acesso a bens de consumo duráveis por estrato de renda domiciliar *per capita* – Bahia (2004 e 2009)
(Em %)

	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		**Total**	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	**2004**	**2009**
Saneamento										
Água de rede	61	65	68	69	75	79	92	87	**75**	**80**
Esgotamento para rede ou fossa séptica	32	37	37	42	49	56	75	71	**49**	**58**
Coleta de lixo	54	56	58	62	70	76	91	85	**69**	**76**
Acesso a bens de consumo										
Conjunto básico	37	50	56	67	70	83	92	88	**67**	**80**
Conjunto médio	26	40	44	52	58	69	84	78	**56**	**68**
Conjunto superior	1	2	2	3	7	11	33	30	**10**	**16**

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Quando se examinam os dados por estratos, vê-se que, apesar de alguma melhora, ainda há uma brutal desigualdade, seguindo um padrão e intensidade parecidos com o resto do país. Nos três casos, quanto mais pobre a família, menor a probabilidade de acesso a serviços públicos básicos, embora não haja diferenças muito marcantes entre os extremamente pobres e os apenas pobres. Vale notar, inclusive, que, no caso do esgotamento sanitário, mesmo uma parcela considerável dos não pobres não tem acesso. Tudo isso significa, em outras palavras, que não só a oferta de serviços básicos é muito mal distribuída, mas também que ela está muito aquém da demanda como um todo, não satisfazendo por completo sequer o estrato não pobre.

O acesso a bens de consumo duráveis também se relaciona à qualidade de vida familiar, mas difere dos itens de saneamento porque, de modo geral, depende muito mais da renda familiar que de iniciativas estatais. Neste quesito, o avanço foi um pouco mais rápido, em especial para os conjuntos básico e médio, e os estratos se tornaram mais homogêneos.

Assim como no caso do saneamento, vale notar que os números baianos continuam bem piores que a média nacional: por exemplo, enquanto na Bahia os conjuntos básico, médio e superior atingem, respectivamente, 80%, 68% e 16% da população, no Brasil todo

estas porcentagens eram, em 2009, 93%, 82% e 41%. Da mesma maneira, embora o acesso seja profundamente desigual, ele não é universal nem mesmo entre os não pobres. Porém, ao contrário do saneamento básico, vê-se no caso dos bens de consumo uma distinção bem mais nítida entre os estratos extremamente pobre e pobre.

Finalmente, a tabela 10 traz a distribuição relativa da população de cada estrato de acordo com os tipos de família apresentados anteriormente. Em consonância com o que foi discutido até aqui, percebe-se nos números globais um aumento na participação das "outras conexões" e um enfraquecimento relativo das conexões precária e agrícola.

TABELA 10
Distribuição relativa da população segundo tipos de família por estratos de renda domiciliar *per capita* – Bahia (2004 e 2009)
(Em %)

	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres		**Total**	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	**2004**	**2009**
Sem conexão	14	24	7	7	7	6	7	6	**8**	**8**
Conexão precária	44	33	43	47	30	34	18	17	**34**	**32**
Conexão agrícola	37	41	27	30	19	15	4	6	**22**	**18**
Outras	5	1	23	17	44	44	71	72	**35**	**42**
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Quando se olha para os resultados por estratos, salta-se aos olhos a mudança na composição dos extremamente pobres: ao mesmo tempo em que cresce a participação das famílias sem conexão e, em menor grau, com conexão agrícola, a de famílias com conexão precária diminui bastante. Ou seja, como quem tinha vínculos razoáveis com o mercado de trabalho conseguiu aproveitar de alguma maneira o bom desempenho da economia brasileira nos últimos anos, cada vez mais o segmento dos extremamente pobres se compõe de indivíduos cujo acesso ao mercado de trabalho é praticamente inexistente. Como as "outras conexões" incluem principalmente as famílias com laços mais sólidos e formais com o mercado de trabalho, não causa espanto que haja uma clara distinção entre os estratos no que diz respeito à porcentagem de famílias nesta categoria.

Tudo isso reitera que, por um lado, o bom comportamento do mercado de trabalho foi o principal elemento por trás da melhoria dos indicadores sociais nos últimos anos e que, por outro, mesmo se for possível continuar no ritmo atual, é provável que os impactos do crescimento sobre a extrema pobreza sejam cada vez menores, uma vez

que as famílias que se encontram nesta situação hoje estão demasiado desconectadas do mercado de trabalho para se beneficiar dele. Da mesma maneira, ações específicas de inclusão produtiva, mesmo se bem executadas, possivelmente encontrarão dificuldades crescentes, especialmente se almejarem metas de curto prazo.

4 CONCLUSÕES

Entre 2004 e 2009, a extrema pobreza e a pobreza diminuíram significativamente no Brasil, e na Bahia seguiram a mesma trajetória. Em números absolutos, os extremamente pobres passaram de 2,1 milhões em 2004 para 1,4 milhão em 2009, o que representa uma queda de 36%; por sua vez, o estrato pobre contabilizava 3,7 milhões de pessoas em 2004 e 2,4 milhões em 2009, uma queda de 34%. Em termos relativos, os dois estratos, que somavam 44% da população baiana em 2004, representavam apenas 27% em 2009.

Tanto os estratos dos vulneráveis quanto dos não pobres cresceram, mas foi este último o que mais se expandiu, dobrando em números absolutos (de 1,7 milhão para 3,5 milhões) e crescendo mais 11 pontos percentuais (p.p.)em termos relativos (de 13% para 24%).

Embora tenha sido expressivo, o ritmo das mudanças na Bahia foi um pouco mais lento que no Brasil como um todo, de modo que a porcentagem dos extremamente pobres brasileiros que vive no estado cresceu de 14% para 16%. A Bahia continua sendo, de longe, a UF brasileira com maior número absoluto de pessoas em extrema pobreza e em pobreza. A Bahia continua também muito heterogênea, com uma grande desigualdade entre áreas urbanas e rurais. Embora apenas cerca de 30% da população do estado viva no campo, mais da metade das pessoas extremamente pobres (54% delas) está em áreas rurais.

No que diz respeito ao perfil das famílias de cada estrato de renda, o período 2004-2009 abarcou algumas mudanças relevantes, sobretudo entre os extremamente pobres. Neste estrato, a renda do trabalho perdeu importância relativa para a renda das famílias, enquanto as transferências do PBF ganharam destaque. A explicação para isto fica clara quando se olha para a distribuição da população em idade ativa (PIA) deste estrato: a soma dos desocupados, inativos e produtores agrícolas de subsistência cresceu 10 p.p., atingindo 78% em 2009. O mesmo fenômeno se reflete na tipologia de famílias empregada: as famílias sem conexão ou com conexão agrícola representavam 41% das famílias extremamente pobres em 2004, mas chegaram a 65% em 2009.

Tudo isso *não* significa exatamente uma piora na situação das famílias mais pobres na Bahia, mas é uma consequência do próprio crescimento brasileiro nos últimos anos, com grande geração de empregos e aumentos salariais, até mesmo em função dos reajustes reais do salário mínimo. Quem tinha vínculos relativamente sólidos com o mercado de trabalho, mesmo informal, beneficiou-se em alguma medida deste processo e, com isso, desfrutou de aumentos de renda, o que se refletiu inclusive na diminuição rápida da pobreza e da extrema pobreza. Sobram na extrema pobreza aquelas famílias cujas características prejudicam o aproveitamento das oportunidades geradas pelo crescimento, o que faz com que sejam de mais difícil resgate.

Dado o baixo valor da linha utilizada, pode-se dizer que a extrema pobreza só não foi erradicada justamente porque ainda existe um número significativo de pessoas cujos vínculos com o mercado de trabalho são tão frágeis – ou mesmo inexistentes – que elas não conseguiram beneficiar-se do bom momento vivido nos últimos anos. Os números anteriores contam exatamente a história deste grupo: se em 2004 ainda havia muitas pessoas em pobreza extrema que ganhavam um salário mínimo e/ou participavam ativamente do mercado informal, em 2009 este grupo quase desapareceu. Inclusive, hoje, somente as famílias muito extensas – cada vez mais raras – podem ter algum de seus membros recebendo salário mínimo, seja via mercado de trabalho, seja via previdência, e ainda assim cair na pobreza extrema. Ou seja, receber um salário mínimo tornou-se, na prática, um seguro contra a pobreza extrema.

Para esse público que agora constitui a maioria dos extremamente pobres tanto no Brasil quanto na Bahia, o instrumento mais importante para aliviar sua privação foi o PBF. Entre 2004 e 2009, a porcentagem de famílias extremamente pobres beneficiárias do programa cresceu enormemente, de 41% para 66%, e as transferências do programa saltaram de 12% para 41% da renda total deste grupo.

Tais números são muito positivos, pois mostram a boa focalização do programa na Bahia e sua contribuição para diminuir as dificuldades dessas famílias. Entretanto, vale destacar também dois aspectos críticos: primeiro, um terço das famílias extremamente pobres ainda está fora do PBF (na estimativa enviesada da PNAD, a exclusão real pode ser menor); segundo, é nítido que o programa é muito bem-sucedido ao aliviar a extrema pobreza, mas, em função dos baixos valores transferidos, não consegue por si só resolver o problema.

As duas questões são passíveis de soluções, é claro. No primeiro caso, o combate ao erro de exclusão está tanto nas mãos do governo federal, que determina as cotas municipais para o acesso ao programa, quanto dos governos municipais, que fazem o cadastramento e a seleção de beneficiários. No segundo caso, também o governo federal tem o poder de elevar o valor das transferências, mas, no que diz respeito especificamente à Bahia, nada impede que o governo estadual estabeleça seu próprio programa de complementação de renda para as famílias beneficiárias do PBF, como já acontece em outras UFs.

Finalmente, outros pontos relevantes destacados pelo perfil apontam para uma incidência ainda maior da extrema pobreza e da pobreza entre crianças; para uma maior homogeneidade ao longo dos estratos, no que diz respeito ao tamanho médio dos domicílios e ao número de crianças por domicílio, inclusive com a emergência de um segmento significativo de domicílios extremamente pobres que não têm crianças; para uma desigualdade educacional um pouco menor entre os estratos, embora os abismos ainda sejam brutais; para avanços no acesso a saneamento básico e a bens de consumo duráveis, inclusive com diminuição de desigualdades entre estratos, embora estas ainda existam e, de modo geral, a Bahia continue a apresentar números inferiores aos do Brasil como um todo.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. A. A. Distribuição de renda no estado da Bahia: algumas considerações sobre as áreas analisadas. *In*: SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. (Ed.). **Aspectos sociais das desigualdades na Bahia**. Salvador: SEI, 2008. (Série estudos e pesquisas).

BAPTISTA, C. **Bahia - pobreza e renda nos anos 90**. Salvador: SEPLANTEC, 2001.

BARROS, R. P. A efetividade do salário mínimo em comparação à do Programa Bolsa Família como instrumento de redução da pobreza e da desigualdade. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006. v. 2.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006. v. 2.

CASTRO NETO, A. A. **A recente queda da desigualdade de renda na Bahia**: uma decomposição do coeficiente de Gini para o período 2001-2006. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 5., Salvador, 2009.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 897).

GUIMARÃES, J. R. S. Evolução da distribuição de rendimentos na Bahia durante a década de 90 do século XX. *In*: SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Panorama social da Bahia**. Salvador: SEI, 2003. p. 65-96. (Série estudos e pesquisas, n. 59).

LACERDA, F. C. C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Uberlândia: UFU, 2009.

LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D. **Pobreza multidimensional na Bahia**: uma análise a partir do indicador multidimensional de pobreza. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 6., Salvador, 2010.

MACHADO, K. M. **Mensuração da pobreza**: uma comparação entre a renda e abordagem multidimensional da pobreza na Bahia. Salvador: UFBA, 2006.

OSORIO, R. G.; MEDEIROS, M. Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999. *In*: SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. (Ed.). **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas).

OSORIO, R. G.; SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. **Erradicar a pobreza extrema**: um objetivo ao alcance do Brasil. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.619).

OSORIO, R. G. *et al*. **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.647).

OSORIO, R. G.; SOUZA, P. H. G. F. **Evolução da pobreza extrema e da desigualdade de renda na Bahia**: 1995 a 2009. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1.696).

SOARES, S. *et al*. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. *In*: Castro, J.A. e MODESTO, L. (Orgs.) **Bolsa Família 2003-2010**: avanços e desafios. v. 2. Brasília: Ipea, 2010.

SOUZA, P. H. G. F. **Uma metodologia para decompor diferenças entre dados administrativos e pesquisas amostrais, com aplicação para o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada na PNAD**. Brasília: Ipea, 2010. (Texto para Discussão n. 1.517).

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2012

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Everson da Silva Moura
Marco Aurélio Dias Pires

Revisão
Andressa Vieira Bueno
Clícia Silveira Rodrigues
Hebert Rocha de Jesus
Idalina Barbara de Castro
Laeticia Jensen Eble
Leonardo Moreira de Souza
Luciana Dias Jabbour
Olavo Mesquita de Carvalho
Reginaldo da Silva Domingos
Celma Tavares de Oliveira (estagiária)
Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração
Aline Rodrigues Lima
Andrey Tomimatsu
Bernar José Vieira
Danilo Leite de Macedo Tavares
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa
Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Capa
Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Bueno

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br
Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea
Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA